



MOVIMENTOS SOCIAIS

CNA cria Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo

O Observatório das Inseguranças Jurídicas do Campo, projeto da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), já está em operação, mapeando em todo o Brasil ameaças ao Direito de Propriedade no mundo rural e mensurando os prejuízos que as invasões de terras causam ao País. A iniciativa foi lançada nesta terça-feira última, 9 de fevereiro, pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo

Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, e o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes participaram do evento. A iniciativa permitirá a formação de um banco de dados capaz de informar a sociedade e os órgãos de governo sobre situações que prejudiquem o setor agropecuário, principalmente nas áreas fundiária e ambiental. Todos os dados serão repassados automaticamente ao STF e ao CNJ, de forma a ajudar no cumprimento das decisões judiciais e defender o

produtor rural. As informações estarão disponíveis para consulta também no site do Canal do Produtor (www.canal-do-produtor.com.br). Um núcleo de pesquisas estratégicas da CNA vai trabalhar permanentemente na coleta e mapeamento de dados. A tarefa vai contar também com informações fornecidas pelas Federações Estaduais de Agricultura e Pecuária, Sindicatos Rurais e pelos produtores. Em Mato Grosso, por exemplo, há mais de 2 milhões de hectares de terras em

litígio, "engessadas" quanto à capacidade produtiva. Se toda essa área fosse utilizada para a produção de grãos, haveria um crescimento de R\$ 4,6 bilhões no faturamento bruto anual da economia do Estado. É uma receita que deixa de ser gerada, pois terras férteis estão indisponíveis para produzir alimentos. Ainda seguindo o exemplo mato-grossense, nada menos que 13,6 mil empregos não podem ser criados por causa das ocupações irregulares das terras produtivas.

Fonte: Canal do Produtor em <http://www.canal-do-produtor.com.br/>

Berço invadido

"O município de Rio Claro, no interior paulista, tomou um susto neste começo de ano. Seu maior patrimônio ecológico, o antigo Horto, foi invadido por um grupo de sem-terra. Barracas de lona preta ergueram-se em meio ao verde da vegetação

protegida. Um acinte ambiental." Assim Xico Graziano, Secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo descreve em artigo publicado na edição de 9/2 do jornal O Estado de São Paulo, a invasão da Fazenda Estadual Edmundo Navarro de Andrade,

por uma dissidência do MST, em 16 de janeiro último. Dezesesseis entidades, representativas do setor de florestas plantadas no país, elaboraram um Manifesto de repúdio à invasão do antigo Horto, berço das atividades de florestas plantadas no Brasil,

que foi divulgado no Congresso Nacional e enviado aos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura e do Meio Ambiente, e à Casa Civil da Presidência da República, e que está disponível no site da ABRAF.

Fonte: Agência Estado em <http://www.estadao.com.br/> e ABRAF em <http://www.abraflor.org.br>

CÓDIGO FLORESTAL

Conciliar produção e preservação no Código Florestal

Pela primeira vez em 45 anos, o Código Florestal Brasileiro tem uma chance concreta de ser reformulado. Depois de um longo trabalho para superar o radicalismo de ambientalistas e ruralistas, os deputados federais estão tentando formular uma proposta intermediária que ponha fim de vez ao embate. O motivo é simples. A legislação atual caducou e não tem servido ao chamado desenvolvimento sustentável, ou seja, como conciliar preservação do meio ambiente com crescimento econômico e geração

de renda e emprego. Uma das principais mudanças, neste sentido, deve ser a regionalização das normas ambientais, fazendo valer as especificidades locais. Tema em evidência, o desenvolvimento sustentável consiste em conciliar os meios produtivos com a preservação dos recursos naturais. Pelo menos esse é o discurso atual de ambientalistas e ruralistas no trabalho de formatar uma proposta que avance em pelo menos seis pontos e, de certo modo, flexibilize o texto rígido, conforme ficou constatado em

audiências públicas realizadas na semana passada em Ribeirão Preto/SP e em Belo Horizonte e Uberaba, no Triângulo Mineiro, pela comissão especial da Câmara dos Deputados que já passou por outros 10 estados e o Distrito Federal. A mudança na legislação se tornou urgente depois de um decreto presidencial passar a sujeitar seu descumprimento a multas de até R\$ 500 por dia. Os parlamentares pretendem fazer valer a determinação da Constituição de que as normas devem ser definidas pela

União e pelos estados. Conforme vem sendo discutido na comissão especial, a legislação federal traria normas e conceitos gerais e caberia às assembleias legislativas definições mais técnicas, como as dimensões das áreas consideradas de proteção ambiental. Outra mudança seria no conceito de reserva legal, hoje feito no percentual de 20% do tamanho da propriedade. Os parlamentares articulam retirar a propriedade como parâmetro e estabelecer áreas preservadas dentro dos biomas.

Fonte: Correio Braziliense em <http://www.correiobraziliense.com.br/>

AGENDA LEGISLATIVA - CÂMARA DOS DEPUTADOS - AS LIDERANÇAS DOS PARTIDOS DISCUTEM, DURANTE A SEMANA, A PRESIDÊNCIA E A COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES.

O NÚMERO É...

9,7%

o crescimento, de 2007 a 2008, do número de contratos dos programas de fomento florestal promovidos pelos associados da ABRAF.

EVENTOS

WORKSHOP NO MATO GROSSO DO SUL

A SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo) promove o Workshop, intitulado "Desenvolvimento Tecnológico Agroflorestal em Mato Grosso do Sul", nos próximos dias 09 e 10 de fevereiro, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, em Campo Grande - MS. Este evento está inserido no contexto do Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas de Mato Grosso do Sul - PEF/MS, que contempla em suas estratégias o desenvolvimento tecnológico em integração com os diversos agentes públicos e privados, que atuam neste segmento produtivo. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail: osantos@seprotur.ms.gov.br. Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo.